

Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa

André Borges

A revalorização dos estudos históricos de caráter comparativo tem sido uma importante tendência da ciência política nas últimas décadas. Esse campo de pesquisa vem se caracterizando pela análise de processos sociais e políticos de larga escala e que se desenrolam por longos períodos de tempo, bem como pelo uso de comparações contextualizadas e narrativas históricas para a realização de inferências causais. Em contraponto à disseminação dos métodos de análise quantitativa multivariada e dos modelos econômicos formais na ciência política, os pesquisadores vinculados a essa abordagem procuram resgatar o papel dos estudos de caso e das comparações de pequena amostra na produção e testes de teorias e hipóteses. O ressurgimento da pesquisa histórico-comparativa levou, assim, à intensificação do debate metodológico no interior da disciplina, em torno das vantagens e desvantagens dos estudos de pequeno N.

Para a sabedoria metodológica convencional, os estudos de caso padeceriam de limitações e deficiências insolúveis, a começar pela dificuldade de se testarem todas as possíveis combinações de causas hipotéticas a partir de um ou poucos casos. Os críticos dessa abordagem também apontam as dificuldades de obtenção de amostras não-enviesadas e a impossibilidade de generalização das conclusões obtidas (Geddes, 2003; King *et al.*, 1994). Os adeptos da pesquisa

histórico-comparativa responderam a essas objeções questionando alguns dos pressupostos epistemológicos da visão metodológica tradicional, além de apontarem na direção de estratégias de desenho de pesquisa capazes de maximizar o poder explicativo dos estudos de caso (George e Bennett, 2005; Hall, 2003; Mckewon, 2004).

Este artigo apresenta uma revisão desse debate metodológico e suas implicações para o desenvolvimento recente dos métodos histórico-comparativos. Em particular, o artigo aborda as potencialidades do “mapeamento de processo” (*process tracing*) com vistas à construção de argumentos teóricos a partir de estudos de caso.

Entende-se que a revisão dessa literatura é especialmente relevante e oportuna tendo em vista a baixa institucionalização da área de metodologia na ciência política brasileira. Como notado por Soares (2005) em uma avaliação do ensino e prática da metodologia da pesquisa nos programas de pós-graduação na área, entre nós ainda persiste uma forte tradição de caráter ensaístico, que tende a definir pesquisa qualitativa simplesmente por oposição à pesquisa “quantitativa”, sem a preocupação com uma discussão metodológica mais profunda. Este artigo visa, portanto, contribuir para um debate que ainda permanece incipiente na nossa ciência política, apresentando o estado da arte da literatura metodológica em torno da

pesquisa histórico-comparativa e dos estudos de caso.

Os Estudos de Caso como Problema

Na definição de George e Bennet (2005, p. 5), o estudo de caso é uma abordagem e um método de pesquisa que se caracteriza pelo

“exame detalhado de um aspecto de um episódio histórico com o intuito de desenvolver ou testar explicações que podem ser generalizadas para outros eventos”.

O que diferencia o estudo de caso, segundo um conhecido manual de metodologia, é o fato de essa abordagem investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claros. Em outras palavras, os estudos de caso são utilizados quando o pesquisador tem interesse em entender melhor condições contextuais, acreditando que estas são pertinentes para o fenômeno em estudo (Yin, 1994). Diferentemente da abordagem macrocomparativa de caráter estatístico, que busca divorciar os “casos” do contexto, de modo que o foco possa recair sobre um determinado conjunto de variáveis, o estudo de caso tem como unidade de análise um ou mais eventos ou classes de um fenômeno, que são abordados de forma detalhada e holística (Ragin, 1987).

Muito embora alguns manuais de metodologia associem o estudo de caso ao exame detalhado de um único caso, na prática é bastante comum encontrar estudos que se debruçam sobre dois ou mais casos, adotando uma perspectiva comparativa. Assim, George e Bennet (2005, p. 18) e Yin (1994, p. 14) afirmam que os métodos de

estudo de caso podem envolver tanto a análise “dentro do caso” (isto é, estudo detalhado de um caso, usualmente ao longo de um determinado período), quanto a comparação entre um pequeno número de casos, concomitantemente à análise intracaso. Por razões de simplicidade analítica, neste artigo o termo “estudos de caso” será utilizado indistintamente para se referir aos estudos de caso único e aos estudos de caso comparativos.

Na ciência política contemporânea a pesquisa de estudo de caso tem sido fortemente associada a uma perspectiva neo-institucionalista, de inspiração neweberiana, que busca produzir argumentos teóricos de “médio alcance” com o intuito de explicar processos e dinâmicas sociais e políticas de larga escala no espaço e no tempo. Em parte como uma reação ao behaviorismo e ao determinismo estruturalista, a agenda de pesquisa do neo-institucionalismo histórico vem procurando resgatar a relativa autonomia das instituições políticas em relação à estrutura social, além de enfatizar a importância da dimensão temporal para o entendimento dos fenômenos políticos (Mahoney e Rueschemeyer, 2003; Steinmo *et al.*, 1992).

Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento da pesquisa histórico-comparativa na ciência política, sobretudo a partir da emergência da teoria neo-institucional, gerou uma série de críticas de ordem metodológica, que se concentraram principalmente nas deficiências da abordagem de estudos de caso. Para os cientistas políticos mais próximos de um ideal neopositivista de ciência, centrado na produção de teorias parcimoniosas e dotadas de alto grau de generalidade, os métodos utilizados pelos neo-institucionalistas históricos seriam frágeis e incapazes de produzir testes rigorosos de hipóteses.¹

De modo geral, essa crítica pode ser desdobrada em três argumentos principais. O primeiro argumento se concentra sobre o caráter “indeterminado” dos desenhos de pesquisa que analisam um pequeno número de casos. Essa crítica enfatiza a impossibilidade de realização de inferências válidas quando o número de casos é menor que o número de variáveis explicativas em potencial (King *et al.*, 1994, pp. 119-20). Por exemplo, um estudo comparativo de apenas dois casos com três variáveis causais hipotéticas de caráter dicotômico não possibilita, logicamente, testar todas as combinações causais possíveis. De acordo com essa perspectiva, pesquisas sobre um único caso seriam úteis tão-somente como fonte de falsificação de proposições não-probabilísticas, dada a impossibilidade de se testar o impacto de variáveis explicativas a partir uma única implicação observável.

O segundo argumento levanta uma série de objeções contra os critérios de seleção de casos comumente utilizados na pesquisa histórico-comparativa. Dada a dificuldade de se trabalhar com amostras aleatórias em estudos de pequeno N, esse tipo de pesquisa estaria sujeito a sérios problemas de enviesamento da amostra (*selection bias*). Segundo Geddes (2003), é muito comum encontrar estudos comparativos que selecionam os casos “pela variável dependente”, incluindo na amostra somente casos com valores extremamente altos ou baixos na escala do fenômeno a ser explicado (por exemplo, países com altas taxas médias de crescimento econômico). O resultado desse tipo de estratégia de amostragem seria invariavelmente a impossibilidade de generalização das comparações e a obtenção de inferências causais errôneas.

Para entender melhor as conseqüências da seleção de casos “extremos” é útil reproduzir aqui o exemplo dado por Geddes

(2003, pp. 90-1) no livro *Paradigms and sand castles*. Suponhamos que um pesquisador deseje explicar por que os países A e B se desenvolveram mais rápido do que os países compreendidos de C a I. Nesse caso, podemos deduzir que se está buscando um determinado grupo de fatores x, y e z que os países A e B possuem em maior grau que os demais. Certamente, na hipótese de o estudo se concentrar tão-somente sobre os países A e B, não poderemos saber com certeza se esses países apresentam mais dos fatores x, y e z do que os casos de C até I. No máximo, poderemos comparar os casos A e B, e tentar encontrar semelhanças nos fatores causais apresentados, mas não poderemos saber com certeza se esses fatores estão realmente correlacionados ao fenômeno em estudo.²

Geddes (2003) conclui a partir desse exemplo que o teste de uma hipótese requer necessariamente a identificação prévia do universo de casos – entendidos aqui como as unidades básicas de análise – aos quais a hipótese se deveria aplicar. Preferencialmente, uma hipótese deve ser testada a partir do exame de todos os casos incluídos no universo delimitado pela teoria em questão. Na impossibilidade de se trabalhar com toda a população, o pesquisador deve ter como alternativa preferencial a obtenção de uma amostra aleatória, de modo a evitar a correlação entre os critérios de seleção e a variável dependente. Em última instância, naquelas situações onde a amostragem aleatória não é possível, ainda assim podem-se obter inferências válidas a partir de uma amostra selecionada de modo a evitar o agrupamento dos casos em um dos extremos da escala da variável dependente (Geddes, 2003, p. 97).

A terceira crítica mais comum aos estudos de caso levanta alguns questionamentos quanto aos métodos de inferência causal utilizados por estudos comparativos de peque-

na amostra. O cerne desse argumento está na idéia de que os métodos da semelhança e da diferença de J. S. Mill, comumente empregados na pesquisa histórico-comparativa, baseiam-se em um pressuposto de causalidade determinística que é inválido para entender um mundo social governado por leis probabilísticas (Clark *et al.*, 2006). Antes de detalhar o conteúdo dessa crítica, é importante ter em mente os princípios da inferência comparativa estabelecidos por Mill, que são brevemente apresentados a seguir.

Na aplicação do método da semelhança, o pesquisador deve selecionar casos com valores semelhantes na variável dependente, de modo a identificar semelhanças entre as variáveis independentes associadas com um mesmo resultado. O método da diferença utiliza a lógica oposta, uma vez que os casos selecionados devem ter valores distintos na variável dependente, permitindo a identificação e exclusão de variáveis associadas com a não-ocorrência do fenômeno de interesse. Idealmente, os métodos de Mill se devem aplicar a situações de causalidade determinística em que as causas são necessárias ou suficientes para a ocorrência de um determinado fenômeno.

Dizemos que uma causa x é necessária quando podemos provar que um fenômeno y não deverá ocorrer sempre que x estiver ausente. Por outro lado, se uma causa necessária estiver presente, o fenômeno y poderá estar presente ou ausente. Quando uma

causa x é suficiente, a presença de x estará sempre associada à ocorrência do fenômeno y . Porém, a ausência de uma determinada causa suficiente não implica a não-ocorrência do fenômeno. É somente na situação em que um fator x é uma causa *necessária e suficiente* que o resultado estará sempre presente quando x estiver presente, e ausente quando x estiver ausente (Mahoney, 2003, p. 341).

Na pesquisa comparativa, o método da semelhança é utilizado com o objetivo de eliminar causas necessárias em potencial, enquanto o método da diferença serve mais ao propósito de eliminação de causas suficientes. Com o método da semelhança, na medida em que todos os casos são semelhantes na variável dependente, a falta de x (variável explicativa) em um dos casos demonstra que x não é necessário para y . Com o método da diferença, por sua vez, uma vez que o resultado ou fenômeno de interesse está presente em alguns casos mas não em outros, podemos inferir da não-ocorrência de y na presença de x que x não é suficiente para y . A Tabela 1 mostra a aplicação desse procedimento a partir do exemplo de três casos hipotéticos.

Como se pode deduzir dessa tabela, a causa x não é necessária para a ocorrência de y , pois existe pelo menos uma ocorrência de y sem a presença de x . Por sua vez, a causa z não é suficiente para a ocorrência de y , pois existem casos em que z e y estão presentes, e um caso em que z está presente, mas y está

Tabela 1
Exemplo de Aplicação dos Métodos da Semelhança e da Diferença

<i>Variáveis Explicativas</i>		<i>Resultado (y)</i>
x	Z	Presente
t	Z	Presente
w	Z	Ausente

ausente. Como as duas ocorrências de *y* estão associadas à presença de *z*, devemos supor que *z* é uma causa necessária, embora não suficiente, para a ocorrência de *y*.

Como já sugerido, a principal limitação dos métodos da semelhança e da diferença é que estes supõem que os processos causais são de natureza determinística, o que pode levar a inferências equivocadas na hipótese da estrutura causal do fenômeno ser, em realidade, probabilística. Ou seja, se pressupomos que *x* é uma causa suficiente e determinística de *y*, devemos concluir que a sua presença assegura, em 100% dos casos, a presença de *y*. Na hipótese de *x* ser uma causa suficiente e probabilística, porém, o máximo que podemos concluir é que a presença de *x* aumenta a probabilidade de ocorrência de *y* e, portanto, o fator *x* assegura a presença de *y* com probabilidade $P < 100\%$.

Disso se pode concluir que o uso de métodos comparativos de caráter determinístico pode levar à rejeição (equivocada) de variáveis explicativas em potencial, uma vez que, pela lógica determinística, um único caso é suficiente para falsear uma hipótese, mesmo que fatores puramente aleatórios estejam por trás da ocorrência do caso (Rueschemeyer, 2003). Considerando essa importante limitação, Clark *et al.* (2006) argumentaram que os modelos de análise de regressão linear seriam mais adequados para o teste de hipóteses sobre suficiência e necessidade causal, uma vez que esses modelos permitem que se trabalhe com o pressuposto de causalidade probabilística.³

Os Estudos de Caso como Solução

De modo geral, pode-se dizer que a crítica metodológica contemporânea à utilização de estudos de caso na ciência política se ampara no pressuposto de que toda e qual-

quer forma de pesquisa social deve seguir uma única lógica de inferência, de caráter quantitativo. Como bem notado por Mckewon (2004) em uma crítica a King *et al.* (1994), os defensores dessa perspectiva advogam que os problemas de inferência causal são sempre problemas de estimação de parâmetros e de obtenção de significância estatística. Nesse sentido, estudos de um ou poucos casos teriam necessariamente uma capacidade de validar e descobrir novas teorias substancialmente menor do que análises quantitativas de grande amostra.

Diante desse posicionamento, os adeptos dos métodos histórico-comparativos contra-atacaram, apontando, de um lado, para possíveis vantagens metodológicas dos estudos de caso ignoradas pelos detratores dessa abordagem e, do outro, para algumas limitações e deficiências da análise estatística aplicada ao estudo dos fenômenos sociais. Esse verdadeiro contra-ataque metodológico pode ser dividido em três argumentos principais, enunciados a seguir.

Primeiro, em resposta à crítica de que os desenhos de pesquisa com um ou poucos casos seriam de caráter “indeterminado” e, portanto, incapazes de produzir inferências válidas, George e Bennet (2005, p. 207) observaram que mesmo a partir de um único caso é possível obter múltiplas observações (por exemplo, ao longo do tempo) e testar várias implicações de uma teoria ao longo de uma determinada cadeia causal. Portanto, o estudo de um único caso não necessariamente é um estudo que produz uma única observação para cada uma das variáveis. Esses autores argumentaram, além disso, que a combinação entre métodos de análise “dentro do caso” e “entre os casos” possibilita a ampliação significativa da capacidade de realização de inferências das comparações de pequeno *N*.⁴

Ainda sobre os estudos de caso único, Rueschemeyer (2003, p. 311) observou que a crítica convencional a esse tipo de pesquisa desconsidera as possibilidades do estudo de casos “menos prováveis” (*least likely*), isto é, menos prováveis em termos de uma teoria de ampla aceitação ou de uma perspectiva teórica implícita. Muitas vezes, pesquisas sobre casos desviantes que são bem-sucedidas em identificar mecanismos causais que haviam sido previamente desconsiderados irão gerar implicações para o entendimento desses mecanismos em outros casos.

Mesmo que o estudo de um só caso não seja suficiente para produzir testes de hipótese confiáveis, ainda assim esse tipo de pesquisa pode levar a outras formas não menos importantes de avanço teórico. Nesse sentido, Rueschemeyer (2003, p. 329) chama a atenção para a importância do que ele denomina “quadros teóricos circunscritos”, que identificam problemas de pesquisa e oferecem conceituações úteis, além de fornecer regras para a escolha do problema. Tais quadros teóricos irão moldar a análise de um determinado elenco de problemas de investigação científica e, dessa forma, produzir implicações que transcendem a análise do caso que lhes deu origem.⁵

O segundo conjunto de questões levantadas pelos defensores dos métodos histórico-comparativos diz respeito aos problemas de “amostragem enviesada” que seriam característicos das comparações de pequeno N. Segundo Collier e Mahoney (1996), na ciência política e nas relações internacionais, a definição do tamanho e das características da população de casos para os quais se pretende generalizar é muitas vezes problemática. Ou seja, a definição do escopo da comparação é um desafio que antecede o problema de amostragem enviesada. Especialmente numa situação em que um dos objetivos da comparação é justamente

levantar informações que permitam delimitar melhor as características da população relevante, não é realista esperar do pesquisador a utilização de critérios puramente aleatórios de seleção de casos, como sugerido por Geddes (2003).

Collier e Mahoney observam ainda que a crítica às comparações de pequeno N tende a desconsiderar problemas de heterogeneidade causal e de delimitação do escopo apropriado da comparação. Frequentemente, a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos cujas causas são de natureza heterogênea, isto é, combinações distintas de causas podem vir a produzir resultados similares, e causas semelhantes operam de maneira diferenciada em contextos distintos. Nesses casos, há um importante *trade-off* a ser levado em conta: as teorias de grande escopo de generalização, que se apóiam em grandes amostras, são também mais sujeitas a problemas de validade conceitual, uma vez que a extensão da teoria a conceitos mais amplos pode levar ao “afrouxamento do conceito” (*conceptual stretching*) (Collier e Mahoney, 1996, p. 70). Portanto sem se levar em conta o escopo apropriado de uma hipótese causal, a ampliação do número de casos pode levar à aplicação (errônea) do modelo a contextos onde não se verificam as condições necessárias à ocorrência dos fatores causais relevantes.

Para ilustrar essa questão, Collier e Mahoney (1996, p. 81) tomam como exemplo o estudo de Skocpol (1979) sobre revoluções sociais. Na introdução do seu estudo, Skocpol argumenta que não é seu objetivo desenvolver uma teoria geral de revoluções e que o argumento desenvolvido no livro se aplica especificamente a nações agrárias com ambições militares e econômicas no âmbito regional/mundial e sem experiência prévia de colonialismo. A justificativa para essa delimitação, segundo Skocpol, é que boa

parte de todas as outras revoluções modernas teriam sido influenciadas pelos legados históricos do colonialismo,⁶ dependência externa no interior do sistema-mundo e a emergência de um *establishment* militar diferenciado das classes dominantes. Por conta desses fatores, as causas das revoluções ocorridas fora do universo de casos definido em *States and social revolutions* seriam fundamentalmente distintas daquelas inferidas por Skocpol em sua análise comparativa. Ainda segundo Collier e Mahoney (1996, pp. 81-2), a crítica feita por Geddes (1991), segundo a qual as conclusões de Skocpol seriam inválidas por não se aplicarem às revoluções latino-americanas do século XX (Cuba, Bolívia e México), é frágil justamente por ignorar os problemas de heterogeneidade causal notados acima.⁷

Deve-se destacar, no entanto, que as colocações de Collier e Mahoney (1996) não tiram completamente o mérito das críticas feitas aos critérios de seleção de casos comumente utilizados nos estudos comparativos na ciência política e nas relações internacionais. Os alertas de Geddes (2003) quanto aos problemas de amostras que incluem somente casos com valores “extremos” permanecem válidos, sobretudo quando o pesquisador possui uma idéia mais ou menos clara das características e escopo da população para a qual deseja generalizar. Maior explicitação dos critérios de escolha de casos, bem como maior preocupação com a delimitação do escopo da explicação, certamente fariam bem às pesquisas comparativas de caráter qualitativo, embora isso não queira dizer, por outro lado, que se deva exigir dos pesquisadores a adoção de um modelo estrito de representatividade estatística, ignorando os *trade-offs* e complicações de fundo.

A terceira parte do “contra-ataque” metodológico em defesa da pesquisa históri-

co-comparativa enfoca as supostas deficiências das comparações de pequeno N relativamente ao entendimento adequado dos processos causais no mundo social. Aqui é possível identificar duas questões, uma de caráter específico, e uma segunda de caráter mais geral, a respeito das vantagens e desvantagens dos métodos histórico-comparativos *vis-à-vis* a análise estatística. Primeiro, quanto à crítica ao caráter “determinístico” dos métodos comparativos convencionais, Mahoney (2003) observou que é perfeitamente possível testar hipóteses probabilísticas envolvendo condições de suficiência ou necessidade sem utilizar métodos de análise de regressão multivariada. Em seu trabalho metodológico mais recente, Ragin (2000) estabelece alguns parâmetros para mensurar graus de suficiência ou necessidade a depender da ocorrência relativa das causas hipotéticas. Por exemplo, uma causa que é quase sempre necessária ou suficiente deve operar em pelo menos 80% dos casos. O problema das análises probabilísticas, no entanto, é que a eliminação de causas rivais requer um número um pouco maior do que dois ou três casos para que seja possível eliminar causas alternativas.⁸

Uma segunda questão, mais geral, diz respeito às desvantagens relativas dos métodos quantitativos no que tange ao estudo de fenômenos caracterizados pela complexidade causal. O ponto de partida dessa linha de argumentação é o de que as técnicas estatísticas multivariadas convencionais trabalham com pressupostos de homogeneidade das unidades de análise (isto é, o pressuposto de que um aumento de x% na variável independente z_1 terá o mesmo impacto em y em todos os casos presentes na amostra) e de independência entre os casos, pressupostos estes que nem sempre se aplicam aos fenômenos sociais e políticos (Mahoney e Goertz, 2006; Mckewon, 2004; Ragin,

2000). Além disso, os métodos tradicionais de análise de regressão são pouco adequados ao estudo de fenômenos marcados pela presença de equifinalidade (uma situação em que um mesmo resultado é produzido por combinações de fatores causais distintos) e causalidade recíproca (quando um aumento em x leva a um incremento na variável dependente y e esse aumento em y leva a novo aumento em x) (Hall, 2003, p. 384). Os estudos realizados pelos neo-institucionalistas históricos vêm demonstrando que tais estruturas causais são bastante comuns no mundo político, o que coloca em questão as supostas vantagens do monismo metodológico advogado por Geddes (2003) e King *et al.* (1994).

Uma das mais importantes contribuições dos estudos histórico-comparativos no sentido de ampliar o nosso entendimento de causalidade diz respeito à identificação de processos marcados por “dependência de trajetória” (*path dependency*). De modo geral, dizemos que há dependência de trajetória quando acontecimentos críticos no passado distante afetam um caso tão profundamente que alteram a evolução e o impacto de desenvolvimentos posteriores, reduzindo o número de alternativas outrora disponíveis. Em termos mais precisos, dependência de trajetória se refere a processos sociais marcados pela presença de retroalimentação positiva (*positive feedback*), ou seja, processos nos quais a probabilidade de que sejam tomados passos adicionais na direção do aprofundamento de uma trajetória aumenta com cada movimento dentro do caminho escolhido. Isso se dá porque os benefícios relativos de permanência na trajetória, comparados às alternativas previamente possíveis, aumenta ao longo do tempo (Pierson, 2004).⁹

Argumentos causais envolvendo dependência de trajetória enfatizam o impacto de

padrões específicos de temporalidade e seqüência, isto é, não é apenas importante saber se o fenômeno x aconteceu ou não, mas também saber se x precedeu ou não y e z . A grande premissa por trás desse tipo de visão é de que o contexto importa: o impacto de x será raramente independente das outras variáveis e a heterogeneidade contextual é função dos eventos que se desenrolam no tempo (Hall, 2003, p. 385). Os métodos de estudo de caso são especialmente adequados para a identificação e análise desse tipo de estrutura causal, uma vez que permitem a análise holística e detalhada de seqüências em casos históricos (Bennett e Elman, 2006). Por outro lado, técnicas convencionais de análise multivariada são de pouca valia nessa situação, uma vez que a dependência de trajetória implica necessariamente a heterogeneidade das unidades de análise (Mckewon, 2004; Hall, 2003).

De modo geral, como notam George e Bennett (2005), os estudos de caso são particularmente úteis para a análise de fenômenos marcados por interações complexas entre as variáveis, equifinalidade, causalidade recíproca e outros tipos de complexidade causal. Em particular, esse tipo de abordagem permite ao pesquisador ir além da mera identificação de uma correlação entre uma variável explicativa x e uma variável dependente y , mas também revelar, de forma detalhada e a partir de múltiplas observações, as seqüências e processos causais que conectam x a y . Observam os autores que muito da ortodoxia metodológica na ciência social contemporânea se apóia na premissa (problemática) de que correlação estatística e causalidade são equivalentes e quase sinônimos.¹⁰ No entanto, a existência de correlação entre duas variáveis nada nos diz sobre os mecanismos e processos intervenientes: é possível que o impacto de x sobre y seja fruto de uma outra variável z que antecedeu

x no tempo, é possível que haja um efeito de causalidade recíproca entre x e y, ou ainda que a correlação entre x e y seja de caráter espúrio e resultante de fatores puramente aleatórios. A grande vantagem metodológica dos estudos de caso estaria, nesse sentido, na possibilidade de identificação de mecanismos e seqüências causais, os quais tendem a ser deixados de lado ou, no máximo, presumidos, pelos estudos quantitativos de grandes amostras.

Estudos de Caso e Mapeamento de Processo

George e Bennett (2005) denominam o procedimento de identificação dos processos causais intervenientes entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes como “mapeamento de processo” (*process-tracing*). Para ilustrar o significado desse método, os autores utilizam uma metáfora. Quando vemos dois dominós caídos nas extremidades de uma fileira de cinquenta dominós, não podemos inferir que o dominó 1 causou a queda do dominó 50 sem ver o que aconteceu aos dominós de número 2 a 49. Assim, supondo que uma cortina tenha sido colocada na frente dos 48 dominós entre os dominós caídos, não teremos como saber se, por exemplo, o dominó 1 e o dominó 50 caíram por força do vento (sem que os demais fossem afetados) ou se alguém empurrou os dois dominós independentemente (George e Bennett, 2005, p. 206). Se pressupormos que correlação e causalidade são equivalentes, poderemos concluir que a queda do dominó 1 causou, de fato, a queda do dominó 50, mas, se adotarmos a perspectiva do mapeamento de processo, será necessário investigar a ocorrência ou não de processos intervenientes (no caso a queda dos demais 48 dominós) que justifiquem tal ilação.

É importante aqui diferenciar “mecanismos” e “efeitos” causais. Por efeito causal entende-se a direção e natureza da influência de uma variável x sobre uma variável y. Nas análises quantitativas multivariadas, efeito causal é normalmente entendido como o impacto de uma única variável independente x_1 sobre um fenômeno y quando todas as demais variáveis independentes (x_2, x_3, x_n) são mantidas constantes. Por sua vez, os mecanismos causais são os processos intervenientes que conectam uma variável dependente a uma ou mais variáveis independentes e que, portanto, asseguram a ocorrência do efeito causal observado. Segundo George e Bennet (2005, p. 141), a explicação baseada em mecanismos causais exige que haja consistência entre teoria e aquilo que é conhecido no menor nível de análise possível.¹¹ O mapeamento de processo deve ser entendido basicamente como uma técnica para análise e identificação de mecanismos causais.

As formas de processo causal passíveis de investigação são múltiplas, indo desde a causalidade linear (por exemplo, a relação entre x e y e as variáveis intervenientes w e z é linear), passando pela convergência (combinação de múltiplos processos e fatores na produção de um resultado) até a ocorrência de dependência de trajetória. Também é possível aplicar o mapeamento de processo a diversos tipos de desenho de pesquisa. Essa abordagem pode ser utilizada com vistas ao desenvolvimento e teste de teorias, com o intuito de julgar hipóteses alternativas ou identificar padrões causais múltiplos.

Quando o objetivo é desenvolver teorias, o mapeamento de processo irá envolver, necessariamente, a transformação de uma narrativa histórica, de caráter descritivo, em uma explicação causal analítica de maior ou menor escopo de generalização. Como notam George e Bennet, esse tipo de análise não pode ser confundido com a

construção de narrativas detalhadas que se propõem a revelar como um determinado evento veio a ocorrer na forma de uma crônica histórica. Enquanto os historiadores utilizam, com frequência, leis causais implícitas, de caráter circunscrito, o mapeamento de processo requer a explicitação de leis teóricas e hipóteses causais. A mesma diferenciação é feita por John Lewis Gaddis (2003), para quem o mapeamento de processo e outros métodos históricos na ciência política e nas relações internacionais envolvem, de uma forma ou de outra, a tentativa de adequar uma narrativa histórica a um determinado modelo causal, enquanto que entre os historiadores esse tipo de preocupação é bem mais incomum.

Para melhor entendimento das potencialidades de aplicação do mapeamento de processo, é útil recorrer a um dos exemplos fornecidos por Mahoney (2003, pp. 364-5). Em sua pesquisa sobre a ascensão do fascismo na Europa do pós-guerra, Luebbert (1991) se valeu do mapeamento de processo para testar a hipótese de Barrington Moore e Alexander Gerschenkron, afirma que os regimes fascistas resultaram da presença de uma elite agrária tradicional capaz de mobilizar o apoio dos camponeses ao fascismo. Embora Luebbert tenha encontrado em sua pesquisa uma coincidência sistemática entre a presença/falta de uma elite agrária tradicional e a ocorrência/não-ocorrência do fascismo, o exame da evidência histórica mostrou que os mecanismos causais em operação não eram congruentes com a hipótese de Moore e Gerschenkron. Usando o mapeamento de processo, Luebbert demonstrou que o apoio rural aos regimes fascistas não ocorreu naquelas regiões onde predominava uma elite agrária. Além disso, os senhores de terras que detinham controle sobre parcela significativa dos eleitores camponeses geralmente não eram simpáticos ao

fascismo. Portanto, o mapeamento dos processos causais relevantes possibilitou refutar uma hipótese aparentemente comprovada pela presença de uma associação sistemática entre a variável independente (presença de uma elite agrária tradicional) e a variável dependente (ascensão do fascismo).

A grande força do mapeamento de processo se encontra, precisamente, na possibilidade de produzir testes rigorosos de hipóteses, não apenas através da identificação de uma correlação entre as variáveis, mas também dos mecanismos causais esperados em função dos pressupostos da teoria. Esses últimos podem incluir previsões sobre os tipos de evento que se espera que irão ocorrer, a seqüência desses eventos, as estratégias públicas e privadas dos atores, e muitos outros elementos pertinentes às cadeias causais hipotéticas (Hall, 2003, pp. 392-3). Nesse sentido, a crítica aos estudos de caso que afirma a impossibilidade de realização de inferências causais válidas a partir de um ou poucos casos deve ser relativizada, na medida em que o mapeamento de processo possibilita comparar múltiplas implicações de uma teoria ao longo de uma determinada cadeia causal, e assim ajudar na eliminação de teorias inválidas.

Quando utilizado em combinação com métodos comparativos, o mapeamento de processo é uma ferramenta particularmente útil no desenvolvimento indutivo de teorias e hipóteses. Um exemplo desse tipo de combinação é a pesquisa de Ruth e David Collier (1991) sobre desenvolvimento partidário e padrões de incorporação política da classe trabalhadora em oito países latino-americanos. Através da comparação sistemática entre cada um dos casos, o estudo conseguiu reduzir o número de causas relevantes (por exemplo, "força relativa dos movimentos sindicais"), e identificar semelhanças-chave entre os casos. Essas semelhanças, por sua vez,

foram exploradas em maior detalhe pelo mapeamento das seqüências causais específicas. Por exemplo, na análise dos casos da Colômbia e do Uruguai, o casal Collier identificou os fatores e eventos através dos quais a mobilização eleitoral da classe trabalhadora por “partidos políticos tradicionais” teve como resultado a combinação entre estabilidade eleitoral e polarização social.

Apesar das suas inúmeras vantagens metodológicas, o mapeamento de processo tem algumas limitações bastante sérias. A primeira é que é necessário que haja uma cadeia causal ininterrupta para justificar a sua utilização. Fenômenos sociais e políticos cujas causas se desenrolam paulatinamente ao longo do tempo, através de eventos inter-relacionados serão muito mais propícios à utilização desse tipo de análise do que outros tipos de processo causal, mais afeitos à análise estatística multivariada. A segunda limitação é que em alguns casos pode haver mais de um mecanismo causal consistente com um certo resultado, o que dificulta o teste de teorias. Em outras palavras, o mapeamento de processo não é uma panacéia capaz de resolver os problemas usuais de validação teórica de estudos de pequeno N. Sem dúvida, trata-se de uma estratégia de pesquisa que, se bem utilizada, pode conferir maior rigor analítico e metodológico a estudos que de outra forma seriam meramente descritivos, mas ainda assim é preciso levar em conta os objetivos e escopo da pesquisa, bem como a natureza do processo a ser analisado, antes de optar por esse tipo de análise.

Conclusão

O renascimento da pesquisa histórico-comparativa na ciência política nas últimas décadas teve implicações importantes para o desenvolvimento metodológico da discipli-

na, ao forçar o debate entre modelos de pesquisa social distintos. De um lado, os defensores de uma visão estritamente neopositivista de ciência social, que enfatiza a produção de teorias parcimoniosas e dotadas de grande escopo de generalização. Esse modelo é tributário de certo monismo metodológico, cujo pressuposto básico é o de que os problemas de inferência causal são sempre problemas de estimação de parâmetros e de obtenção de significância estatística, o que justificaria a preferência pela pesquisa quantitativa multivariada. No campo oposto, encontram-se os defensores de uma perspectiva neoweberiana, que, embora não rejeitando de todo a busca por explicações causais dos fenômenos sociais, é cética a respeito das possibilidades de produção de leis sociais de grande generalidade e poder de predição. Esse segundo modelo diverge do monismo metodológico do primeiro, ao enfatizar as vantagens relativas dos estudos de caso na análise do mundo social e político.

Um dos resultados do debate entre esses dois campos de pesquisa foi o surgimento de avanços importantes na pesquisa histórico-comparativa, uma vez que os pesquisadores vinculados a essa tradição passaram a se preocupar em tornar mais explícitos e rigorosos os pressupostos metodológicos dos seus trabalhos. Procedimentos de pesquisa que antes permaneciam largamente implícitos, a exemplo dos critérios de seleção de casos e técnicas como o mapeamento de processo, passaram a ser objeto de debate e aprofundamento metodológico. Além disso, desenvolveu-se uma importante crítica ao uso indiscriminado de técnicas de análise estatística na ciência política, tendo em vista a dificuldade de aplicação dessas técnicas ao estudo de estruturas causais complexas.

No contexto brasileiro, onde os estudos de caso e as comparações de pequeno N são

os desenhos de pesquisa utilizados pela esmagadora maioria dos alunos de mestrado e doutorado em ciência política, um movimento mais forte no sentido de apropriação desse debate seria mais do que bem-vindo. Entre outras vantagens, uma exposição mais intensa dos pós-graduandos a essa literatura metodológica permitiria combater problemas bastante comuns nas teses e dissertações da área, a exemplo da falta de articulação

entre teoria e dados empíricos, ausência de critérios para seleção de casos e incapacidade de se trabalhar a partir uma perspectiva genuinamente comparativa. Seria possível, dessa forma, ir além do “ensaísmo” que iguala estudos de caso a “*story-telling*”, e caminhar na direção de pesquisas dotadas de maior rigor metodológico e relevância teórica e empírica.

Notas

- 1 Sobre a evolução do positivismo nas ciências sociais, ver Giddens (1995).
- 2 Ou seja, poderíamos talvez identificar a presença de uma grande quantidade de x tanto no caso A quanto no caso B e deduzir que esse fator está ligado a taxas mais altas de crescimento econômico. Entretanto, nada garante que, na hipótese de termos incluído na amostra alguns países caracterizados por baixo crescimento econômico, também não tivéssemos encontrado grandes quantidades de x nesses casos, o que nos levaria a concluir a inexistência de uma relação clara entre x e a variável crescimento.
- 3 No entanto, como os próprios autores admitem, a análise de regressão linear simples não possibilita a realização de tais testes para variáveis categóricas (Clark *et al.*, 2006, p. 313). Na medida em que muitas pesquisas de caráter histórico se utilizam de variáveis nominais (por exemplo: revolução *vs.* não-revolução) não passíveis de mensuração intervalar, esta é uma limitação bastante séria.
- 4 Esse último ponto é discutido em maior profundidade na seção seguinte.
- 5 Rueschemeyer (2003, p. 330) cita como exemplo o trabalho clássico de E. P. Thompson sobre a formação da classe trabalhadora inglesa. Muito embora centrado sobre um único caso, o estudo de Thompson possibilitou a reformulação do método marxista de análise de classe, ao enfatizar o efeito duradouro de padrões culturais socialmente construídos e o importante elemento de construção social na formação da identidade de classe.
- 6 Os casos estudados por Skocpol são a França do século XVIII e China e Rússia dos séculos XIX e XX.
- 7 O texto de Geddes (1991) ao qual fazem referência Collier e Mahoney (1996), foi republicado no livro *Paradigms and sand castles*, citado na seção anterior.
- 8 Usando um teste simples de probabilidade binomial, Ragin (2000, pp. 113-5) mostra, por exemplo, que são necessários sete casos para se atingir um nível de confiança estatística de 95%, quando se trabalha com causas usualmente necessárias ou suficientes.
- 9 Para uma discussão sobre o conceito de *path dependence*, ver também Levi (1997) e Thelen (2003).
- 10 Um exemplo desse tipo de posição está no ensaio de Milton Friedman (1994) sobre a metodologia da economia. Friedman argumenta que a capacidade explicativa de uma teoria está diretamente ligada à capacidade desta de gerar previsões. Ou seja, para explicar

- um fenômeno é suficiente obtermos uma reta de regressão que nos dá uma idéia mais ou menos precisa do grau de associação entre uma variável x e uma variável y.
- 11 Deve-se notar, entretanto, que essa perspectiva não leva necessariamente a uma preferência pelo individualismo metodológico, pois as teorias sociais estruturalistas podem, em princípio, comportar hipóteses sobre os micromecanismos que resultam na reprodução social.

Bibliografia

- BENNETT, A. & ELMAN, C. (2006), "Complex causal relations and case study methods: the example of path dependence". *Political Analysis*, 14: 250-7.
- CLARK, W. R. *et al.* (2006), "A simple multivariate test for asymmetric hypotheses". *Political Analysis*, 14: 311-31.
- COLLIER, D. & MAHONEY, J. (1996), "Insights and pitfalls: selection bias in qualitative research". *World Politics*, 49: 56-91.
- COLLIER, R. B. & COLLIER, D. (1991), *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton, Princeton University Press.
- FRIEDMAN, Milton. (1994), "The methodology of positive economics", in M. Martin & L. McIntyre, *Readings in the philosophy of social science*. Cambridge, London, MIT Press.
- GADDIS, J. L. (2003), *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro, Campus.
- GEDDES, B. (1991), "How the cases you choose affect the answers you get: selection bias in comparative politics", in J. A. Stimson (org.), *Political analysis*. Ann Harbor, University of Michigan Press.
- _____. (2003), *Paradigms and sand castles: theory building and research design in Comparative Politics*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- GEORGE, A. & BENNETT, A. (2005), *Case studies and theory development in the Social Sciences*. London, Cambridge, MIT Press.
- GIDDENS, A. (1995), *Politics, sociology and social theory: encounters with classical and contemporary social thought*. Cambridge, Polity Press, Blackwell Publishers.
- HALL, P. A. (2003), "Aligning ontology and methodology in Comparative Politics", in J. Mahoney & D. Rueschemeyer (orgs.), *Comparative historical analysis in the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KING, G. *et al.* (1994), *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Chichester, Princeton University Press.
- LEVI, M. (1997), "A model, a method and a map: rational choice in comparative and historical analysis", in M. I. Lichbach & A. S. Zuckerman (orgs.), *Comparative politics: rationality, culture, and structure*. Cambridge, Cambridge University Press.

LUEBBERT, G. M. (1991), *Liberalism, fascism, or social democracy: social classes and the political origins of regimes in interwar Europe*. New York, Oxford University Press.

MAHONEY, J. (2003), "Strategies of causal assesment in comparative historical analysis", in J. Mahoney & D. Rueschemeyer (orgs.), *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.

MAHONEY, J. & GOERTZ, G. (2006), "A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research". *Political Analysis*, 14: 227-49.

MAHONEY, J. & RUESCHEMEYER, D. (2003), *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.

MCKEWON, T. (2004), "The limits of the quantitative worldview", in H. E. Brady & D. Collier (orgs.), *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Lanham, Oxford, Rowman & Littlefield.

PIERSON, P. (2004), *Politics in time: history, institutions, and social analysis*. Princeton, Princeton University Press.

RAGIN, C. C. (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley, University of California Press.

_____. (2000), *Fuzzy-set social science*. Chicago, London, University of Chicago Press.

RUESCHEMEYER, D. (2003), "Can one or a few cases yield theoretical gains?", in J. Mahoney & D. Rueschemeyer (orgs.), *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.

SKOCPOL, T. (1979), *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge, Cambridge University Press.

SOARES, G. A. D. (2005), "O calcanhar de Aquiles metodológico da ciência política no Brasil", in Carlos Benedito Martins (org.), *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Bauru, Anpocs, Edusc.

STEINMO, S. et al. (1992), *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.

THELEN, K. (2003), "How institutions evolve – insights from comparative historical analysis", in J. Mahoney & D. Rueschemeyer (org.), *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.

YIN, R. K. (1994), *Case study research: design and methods*. 2nd ed. Thousand Oaks, London, Sage.

•Artigo recebido em nov/2007

•Aprovado em abr/2007

Resumo

Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa

Este artigo apresenta uma revisão do debate metodológico em torno da pesquisa histórico-comparativa na ciência política. São discutidas as críticas à metodologia de estudos de caso tradicionalmente utilizada pelos neo-institucionalistas históricos no que tange à invalidade das inferências causais obtidas e aos problemas de amostragem enviesada, muito embora tais estratégias sejam advogadas por esses pesquisadores com o intuito de aumentar o poder explicativo das comparações de pequeno N e os estudos de caso. Particularmente, discute-se aqui a aplicação da técnica de “mapeamento de processo” na produção e teste de argumentos teóricos a partir de estudos de caso.

Palavras-chave: Estudos de caso; Metodologia comparativa; Mapeamento de processo; Neo-institucionalismo histórico.

Abstract

Using case studies to develop theoretical arguments: the recent debate on comparative historical research

The article presents a review of the methodological debate on comparative historical research in political science. It discusses the critique of case study methods traditionally employed by historical institutionalists, concerning the lack of validity of causal inferences and issues of selection bias. The article presents, on the other hand, the strategies advocated by researchers within this methodological tradition as a means of increasing the explanatory power of small N comparisons and case studies. In particular, it discusses the application of techniques of “process-tracing” in the generation and testing of theoretical arguments based on case study research.

Keywords: Case studies; Comparative methodology; Process tracing; Historical institutionalism.

Résumé

Développement d'arguments techniques à partir d'études de cas: le récent débat à propos de la recherche historique et comparative

Cet article présente une révision du débat méthodologique à propos de la recherche historique et comparative dans les sciences sociales. Il aborde les critiques à la méthodologie d'études de cas traditionnellement employées par les neo-institutionnalistes historiques en ce qui

concerne l'invalidité des interférences causales obtenues et les problèmes d'échantillonnage biaisés, tout en considérant le fait que de telles stratégies soient défendues par ces chercheurs dans le but d'accroître le pouvoir explicatif des comparaisons de petit N et les études de cas. Cet article traite, en particulier, de l'application de la technique de "modélisation" dans la production et du test d'arguments théoriques à partir des études de cas.

Mots-clés: Études de cas; Méthodologie comparative; Modélisation; Néo-institutionnalisme historique.